

História do Ceará: o regionalismo presente na produção didática nos anos de 1930 e 1960

ZULEIKA ANALIA DE ALMEIDA GUERRIERI*

Resumo:

Este artigo tem como mote principal a análise das mudanças de abordagem histórica presentes nos livros didáticos produzidos nos anos iniciais da era Vargas (anos 1930) e nos anos iniciais do Regime Militar no Brasil (1960), que vão desde a unificação de estudos de História Nacional, na Era Vargas e a nulidade de produções regionais, até o ano do Golpe Militar. Pretende, portanto, entender como ocorreu o retorno do enfoque regional ao ensino de História no Brasil nesse interstício. Para tanto, serão analisadas duas obras didáticas de História do Ceará, uma de autoria de Cruz Filho, História do Ceará – Resumo Didático, de 1931 e a outra de autoria de Filgueiras Sampaio, História do Ceará, não datada, mas apresentando indícios de ter sido publicada entre os anos de 1965 a 1966. O objetivo é conhecer as realidades da escrita escolar da história a partir do lugar social em que essas obras se inserem, percebendo as mudanças ou permanências no contexto de transformações efetivas no direcionamento da vida político-social da sociedade brasileira/cearense.

Palavras-chave: Ceará, livro didático, regionalismo.

Introdução:

O livro didático tem como papel principal o de divulgação do conhecimento construído e traz consigo a noção de mundo do período em que se insere. Os livros de História e Geografia trazem em seus conteúdos análises sociais de seu tempo e, portanto, são os que mais estão em conformidade com as ideologias e ideais de seu tempo. Com relação à História, as mudanças ao longo do tempo se dão no enfoque histórico: que personagens serão retratados, como serão retratados, que abordagens dos fatos serão feitas, a importância de cada fato histórico para o contexto atual, etc. Dessa forma, a abordagem traz consigo uma

* Graduanda do curso de História na Universidade Estadual do Ceará; Orientadora: Fátima Maria Leitão Araújo, Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará; Projeto Pibic/ CNPQ.

intencionalidade, seja para enaltecer a identidade nacional, como nos primórdios da República no Brasil, seja para fortalecer a unidade da nação, como na Era Vargas. Por essa razão, o livro didático acaba funcionando como um divulgador de ideias e ideais que regem os conceitos de seu tempo.

Se, portanto, o livro funciona como um catalizador de ideais, através de seu estudo podemos perceber as ideologias e as forças que agem no período em que as obras foram escritas ainda com uma vantagem em relação aos livros não dedicados ao fim didático: é através desse objeto que podemos entender que sociedade e cidadão pretendem ser formados pelos autores e pelo poder instituído, percebendo qual o tipo de informação está sendo divulgada e difundida.

A partir disso, este artigo pretende entender como ocorreu o retorno do enfoque regional ao ensino de História no Brasil, após o governo de Vargas e antes do Governo Militar iniciado em 1964. Para tanto, serão analisadas obras de História do Ceará antes e durante o período supracitado para situar-nos quanto à abordagem histórica presente nos livros didáticos do Ceará.

Cruz Filho e o estudo de História do Ceará no início dos anos 1930:

A História escolar produzida no início da República até meados dos anos 1930 era uma história de legitimação dos ideais nacionais e de construção de uma identidade nacional. Para tanto, era necessário que fossem feitos estudos acerca de nosso povo, para, a partir de uma origem em comum, processar-se uma empatia e uma unidade ideológica característica dessa nova nação que surgia, foram criados, então, os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil. Esses institutos faziam amplos estudos acerca da fauna e da flora brasileiras, do povo, da sociedade e da política do Brasil. Suas produções eram as principais obras de referência para a produção didática no Brasil.

Mais especificamente no Ceará, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, que logo passa a ser o detentor do saber científico local, sendo suas produções amplamente utilizadas pelos autores de livros didáticos desse Estado.

Segundo Bittencourt, a preferência por professores de colégios renomados ou de instituições conhecidas, como o caso do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e seus congêneres, serviam como credenciais aos autores de história,

influenciando na sua aceitação perante o público.(ARAÚJO, ASSIS, JÚNIOR, 2012: 90)

Passamos a partir de então a uma breve análise da obra didática de Cruz Filho, História de Ceará- Resumo Didático, de 1931. Mas, para entendermos a produção de Cruz Filho, é necessário mencionar a Reforma Educacional ocorrida no Ceará, no ano de 1922, assim como também as mudanças educacionais dos anos 1920 a 1930.

O período dos anos 1920 e 1930, segundo Tavares (1997), é marcado pelas idéias econômicas, políticas, artísticas em torno de um debate, cuja base é de cunho nacionalista e cujo reflexo se deu também na educação. As ideias de ordem nacionalista fizeram parte do “Movimento de Renovação Educacional” que serviram como base teórica de proposta de mudança escolar. O “Movimento”, que teve como líder Fernando de Azevedo, reflete a situação histórica da educação nos anos 1920 e 1930, na qual se evidencia a influência de pensadores estrangeiros. (ALMEIDA, 2009: 22)

Com a introdução do projeto Escola Nova no Brasil, que visa à psicologia infantil, a modernização do ensino nas escolas e a preparação do aluno para a vida moderna, a instrução no Brasil passa por profundas e intensas mudanças nos anos 20 do século XX. Intelectuais como Durkheim e Dewey passam a fazer parte da bibliografia dos autores de livros didáticos do período. “O período também simboliza, no âmbito educacional, entre educadores e organizações educacionais, um sentimento de patriotismo e de progresso no País.” (idem, p. 24). Uma das propostas dessa reforma era descentralizar o controle educacional dando mais autonomia e responsabilidade aos Estados, para assim fortalecer a proposta de federalismo brasileiro. A partir desses ideais patrióticos e de nacionalismo que se arraigam profundamente nos autores da época é que os mesmos buscam em suas obras uma construção da identidade regional.

Seguindo uma tendência nacional, os autores cearenses buscam construir o ideal patriótico nos cidadãos através do estudo da origem, tanto do Brasil, quanto do Ceará. Por conta disso, utilizamos o livro de Cruz Filho como fonte básica para esta parte do trabalho. Seu livro segue as normas e padrões do escolanovismo e tendências de seu tempo, além de ter

sido escrito em um momento de transição política importante, 1931, e também pelo fato de ser o último livro didático que aborda a história do Ceará isoladamente no período Vargas[†].

No início de sua obra, Cruz Filho, percorre a trajetória ibérica em direção ao mar. As Grandes Navegações são tratadas com intenso detalhe e todo o desenlace político e econômico é traçado. Há ali, uma apologia muito clara sobre que tipo de personagens seriam descritos. Os grandes heróis da nação, os grandes descobridores, sempre tratados como heróis e salvadores da pátria. O eurocentrismo presente na educação se dá, mesmo quando se trata de uma história regional. A exaltação de personalidades internacionais é muito forte e incisiva. Toda essa exaltação persiste na obra de Filgueiras Sampaio, dos anos 1960, mas lá a personalidade exaltada é outra, como veremos mais adiante.

No decorrer de sua escrita o mesmo aborda a questão dos indígenas no Ceará. Com o título *As Tribus Selvagens no Ceará*, Cruz Filho já ensaia que tipo de discurso utilizará. Os indígenas são tratados como membros da selva, selvagens, um termo pejorativo que diminui a sua importância. Aqui nesse caso, eles são coadjuvantes da expansão territorial portuguesa e espanhola. Em um trecho ele menciona:

Não são concordes as opiniões dos nossos historiadores no tocante aos selvagens. Alguns os consideram em verdadeiro estado de bruteza, dados a anthropophagia [sic] e a tudo que pode aviltar ou rebaixar a espécie humana. Outros, ao contrário, estabelecem distincções [sic] entre Tupys e Carirys, dando aos primeiros um logar [sic] mais elevado na cultura indígena em geral... (FILHO, 1931; 29).

Percebemos que a opinião em relação ao indígena ou “selvagem” sempre é de inferioridade/superioridade, porém é uma relação feita entre “espécies”, ou seja, não é feita uma relação com os indivíduos brancos, mas uma comparação de estilos de vida, colocados em níveis onde o nível mais elevado é o do europeu, tanto política quanto economicamente. Quando fala que os Carirys eram inferiores aos Tupys, há uma comparação direta com a noção de nacionalidade, de agricultura, que seria o primeiro passo rumo a “civilidade europeia”, mas em nenhum momento os indígenas fazem parte do mesmo grupo dos colonizadores. O indígena Constitui um tipo diferente e inferior não podendo ser relacionado

[†] Tal afirmação é fundamentada em resultados de uma pesquisa mais ampla, cujo título é *Historiografia e literatura didática: A história do Ceará nos livros didáticos produzidos nos primórdios da república aos anos de 1940*, que foi contemplado com o financiamento do CNPq por meio do Edital MCT/CNPq 14/2010.

com esse conquistador. São seres que estavam na terra quando os donos de direito dela chegaram e lhes trouxeram a verdadeira civilização.

François Laplantine, em seu livro *Aprender Antropologia*, nos fala da noção de “mau selvagem” que existia na época em que fora produzido o livro de Cruz Filho. Sua análise nos permite entender que existiam duas abordagens com relação aos ditos selvagens: “A recusa do estranho apreendido a partir de uma falta, e cujo corolário é a boa consciência que se tem sobre si e sua sociedade; a fascinação pelo estranho, cujo corolário é a má consciência que se tem sobre si e sua sociedade”.(LAPLANTINE, 2003; 38). No caso, a primeira opção dada por Laplantine é a que se adequa melhor à posição ideológica de Cruz Filho e também de seus contemporâneos. Toda a influência vinda da Europa, com a conquista dos territórios africanos, o surgimento do neocolonialismo e a forte “idolatria” ao Velho Continente bastante presente na intelectualidade brasileira naquele momento, serve como base para entendermos esse processamento de dados e a interpretação sobre as questões indígenas. Eram, portanto, mesmo sendo “maus selvagens” ou “bons selvagens”, inferiores aos europeus.

Percebe-se, portanto, nessa primeira obra regional analisada, que boa parte do conhecimento produzido didaticamente era um retrato do que era produzido na Europa no momento. Todas as teorias, abordagens, comparações e modelos eram provindos de lá e “adaptados” aos marcos históricos brasileiros. O que acontecia realmente era o inverso: adaptava-se e encaixava-se a história brasileira dentro dos moldes europeus, vide a total imersão do ensino brasileiro ao projeto da Escola Nova, que tratava essencialmente da abordagem do aluno em sala de aula e à universalização da educação, que no Brasil continuou sendo feita apenas entre a elite.

Era Vargas: produções nacionais

O início da década de 1930 no Brasil é marcado por uma significativa mudança política no Brasil. Com a alçada de Getúlio Vargas ao poder, pode-se perceber um avanço na tentativa de unificação e nacionalização do Brasil. Com seus ideais nacionais, novas leis, novas instituições, o governo passa a ser mais presente na vida dos cidadãos, mais intervencionista. É nessa época que são instituídas as universidades e a educação passa a ser mais abrangente, com leis que a regulamentam.

É importante notar que a Era Vargas foi um grande marco histórico brasileiro. Em quaisquer fontes que pesquisarmos veremos mudanças significativas com relação à política e à economia. Funciona como um ponto de partida pelas inúmeras medidas tomadas por Vargas. Algo interessante de ser frisado desse período é a criação do Ministério da Educação e Saúde e todas as reformas educacionais realizadas pelo governo muito por influência da instituição da Escola Nova no Brasil mais incisivamente em 1932, quando “é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, preconizando a reconstrução social da escola na sociedade urbana e industrial.” (VEIGA, 2003; 29).

Percebemos ao longo de nossa pesquisa que, iniciada a política de Vargas no poder, as obras que tratavam de temas cearenses, posto que fosse esse nosso foco, sumiram e não havia mais qualquer produção didática a seu respeito. Não digo que não fossem escritos livros sobre a história do Ceará, porém nenhum com apelo didático ou de fim escolar.

Mas por que isso ocorreu? Por que a ausência total de obras didáticas cearenses? A resposta está nas políticas educacionais adotadas no período. Não ocorreu uma imposição do modelo nacional, mas uma ênfase nesse tal modelo. A “federalização” da História contada nos livros didáticos, que analisamos aqui como a diminuição das produções voltadas para a região e a construção de uma história nacional, centrada no Rio de Janeiro e em São Paulo, é uma tendência da época, incentivada pelo governo. Mesmo não sendo uma imposição o sumiço dos regionalismos das escolas acabou perdendo espaço por conta dos objetivos traçados pelos decretos-lei, como por exemplo, o 4224 de abril de 1942, que regulamenta os cronogramas, conteúdos e disciplinas que serão ofertadas nas escolas secundárias e em todos os setores educacionais do país. No decreto supracitado, podemos perceber a tentativa de reforço do patriotismo pelo ensino secundário. Como já mencionamos, mesmo com o ideal de universalização do ensino presente nos manifestos da Escola Nova, esse “ensino para todos e em todos os níveis” só se concretiza para a elite, seja industrial, seja comercial do período. Esse ainda é o período do tecnicismo e do avanço das escolas secundárias profissionalizantes, outro modo de obter mão-de-obra especializada para o grande empreendimento industrial pretendido pelo governo de Vargas.

Com relação ao conteúdo dos livros didáticos, notamos algumas características bastante recorrentes em todas as produções: primeiro, a valorização de grandes homens em

grandes feitos, como a Inconfidência Mineira, onde Tiradentes, por exemplo, é “homem de caráter nobre, sinceramente religioso e exaltado amigo da liberdade; era pobre e de modesta origem.” (SILVA, 1941; 11). A criação do “mito” de Tiradentes é bem característica desse período. Era de origem pobre e humilde, mas tinha participado de uma “revolução” no Brasil, dando assim crédito para as camadas mais economicamente deficitárias, como se as alçasse ao caráter revolucionário. Porém, este caráter não podia se voltar contra o Estado, mas em seu auxílio, ou as consequências seriam desastrosas. A segunda característica é a tentativa de construção de “mitos de origem”. A própria Inconfidência assim se processa, como uma tentativa de fuga do poder de Portugal, que aqui é visto como repressor e intransigente. A ideia de nação deveria estar calcada em referenciais construtores dessa identidade nacional. As palavras Pátria, Liberdade e Nação são intensamente recorrentes nas produções e enfatizam o ideal de unidade pretendido pelo Estado.

Podemos, portanto, compreender o motivo da total ausência de produções didáticas de caráter regional no Ceará : a tentativa de construção de uma nação brasileira e de uma identidade nacional dependia da unidade disciplinar do ensino, que seria o veículo de propagação desse ideal patriótico tão exaltado durante o governo Vargas. Havia ainda a tentativa de desvencilhar-se da figura estatal deixada pela República Oligárquica, corrupta, antipatriótica e mandonista, e fazer surgir uma nova imagem desse governo que se iniciava, um governo para o povo, pelo povo, vide toda a propaganda do período.

Filgueiras Sampaio e a escrita da História do Ceará

O período entre o fim do Estado Novo (1945) e o início da Ditadura Militar (1964) foi um período marcado por fortes ambiguidades. É, portanto, nesse período, que vão, aos poucos, ressurgindo as produções que tratam de temas regionais e estaduais nas escolas. Com o fim do Estado Novo e a nova abertura política, os níveis nacional e estadual se desvencilham e os Estados passam a ter mais autonomia tanto econômica quanto politicamente. A industrialização, o crescimento do capital estrangeiro e o aumento da iniciativa privada, revelam um país com políticas mais individualistas e de incentivo à autonomia. Tal contexto favorece o ressurgimento de obras que tratam de assuntos mais específicos de cada região e que busquem também formar a identidade de cada Estado,

inseridos em toda essa lógica nacional patriótica. Mesmo com a autonomia, ainda havia uma grande ênfase no ideal nacionalista e identitário brasileiro.

Analisaremos neste momento, a obra de Filgueiras Sampaio, denominada *História do Ceará*, que data do início do governo de Castelo Branco, primeiro presidente do regime militar. Frisamos que, mesmo o livro datando do início do Regime Militar, tal obra não tem ainda influência do plano de educação desse governo, sendo uma obra inteiramente influenciada pelas prédicas educacionais anteriores ao Governo Militar.

Como já mencionado, a obra faz parte de um projeto de construção dessa identidade nacional e, para tanto, assim como as produções de caráter nacional, busca origens para o povo e personagens importantes para a formação da história local. Percebemos, já de início, uma característica bastante presente para identificar o Ceará: o pioneirismo. A menção a Vicente Pinzon e a sua chegada ao Ceará, uma chegada informal, dá à História cearense a característica de ser o primeiro território visitado pelo “homem branco” no Brasil, acaba por construir também uma identidade pioneira. Vários livros não didáticos, mas usados como referências para a produção didática, como “Ceará- homens e fatos” de João Brígido e “ O Ceará” de Raimundo Girão, trazem relatos de fatos que ocorreram “primeiro” no Ceará. Fatos como reuniões na câmara acerca do Republicanismo no Brasil, um dia antes da Proclamação Republicana Nacional, menções a movimentos independentes e ainda a mais famosa de todas: o primeiro Estado a criar uma lei que libertaria todos os escravos, um ano antes da abolição nacional. Tais fatos trazem à nossa História esse espírito pioneiro, que, inclusive, é utilizado ainda hoje não só na educação, como também na política.

Outra tendência também presente na produção de uma origem para o Ceará e, conseqüentemente, para a construção identitária, é o conhecimento de onde surgiu o nome que se deu ao Estado. Várias são as versões e todas elas são baseadas em estudos etimológicos realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, que servia, como já dito, de referência para toda e qualquer produção histórica no Ceará nesses períodos.

Com relação aos indígenas, diferentemente da abordagem de Cruz Filho nos anos 1930, descritos como pacíficos e calmos e não dados à antropofagia. Mesmo assim, os indígenas ainda não são colocados como aqueles que originaram a civilização cearense e nem

muito menos como heróis. São tratados ainda como selvagens e os que são considerados bons são os que foram catequizados. As resistências são vistas como atraso e a missão jesuítica vista como libertadora e civilizadora que traz somente benefícios aos indígenas. Diferente da noção de Cruz Filho, Filgueiras Sampaio trabalha com a noção de “bom selvagem”, que viviam tranquilos na natureza, mas também utilizam da prédica do bom civilizado, que lhes vem civilizar e torna-los gente. Porém, essa noção de bom selvagem só se efetiva se o indígena submeter-se ao sentido de civilidade do europeu. Não se aplica, portanto à noção de bom selvagem de François de Laplantine, onde ele aborda que essa noção existe como uma insatisfação e decepção ao modelo civilizacional da Europa. Aqui no caso, o selvagem não é bom, ele é passível de ser controlado pelo ideal civilizador.

Conclusão

Ao analisarmos tais produções, nos deparamos com a constante tentativa de construção do ideal nacional, seja ele a nível nacional ou local. Infligem-se padrões de civilidade e modelos a serem seguidos por essa nova sociedade que surge: com Cruz Filho, o Ceará baseado nos preceitos recentes da escola nova, com Joaquim Silva e seus contemporâneos a instituição de um Estado Nacional uno e baseado na formação do patriotismo no país, e a formação da identidade cearense. Percebemos, então, a grande importância da educação nesses períodos como grande propulsora de ideais políticos e econômicos, legitimando e disseminando a ideologia de seu período em relação ao Estado Brasileiro.

Bibliografia:

ALMEIDA, Jane Maria F. de. A reforma da instrução pública do Ceará de 1922: as diretrizes da política educacional do governo Justiniano de Serpa. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará. Orientador: Prof. Dr. Hermano Machado Ferreira Lima. Fortaleza, 2009.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão; ASSIS, Patrícia M. de; JÚNIOR, Ricardo L. Moreira. *Historiografia e Literatura didática: a história do Ceará nas páginas da escrita escolar*

(1890-1930), in *História da Educação: teoria, métodos e fontes.*/ organizadores, Rui Martinho Rodrigues... [et al]. Fortaleza: EdUECE, 2012.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Ensino de Fundamentos e Métodos.* São Paulo: Cortez Editor. S/a.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia;* tradução: Marie- Agnès Chauvel; prefácio: Maria Isaura Pereira de Queiroz—São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. *Conteúdos escolares: a quem compete a seleção e organização?*, in *Repensando a Didática.* Colaboradores: Antônia Osima Lopes [et al]; coordenadora Ilma Passos Alencastro Veiga.- 5ª ed.- Campinas, SP: Papirus, 1991.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Didática: uma retrospectiva histórica,* in *Repensando a Didática.* Colaboradores: Antônia Osima Lopes [et al]; coordenadora Ilma Passos Alencastro Veiga.- 5ª ed.- Campinas, SP: Papirus, 1991.

Fontes:

Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de Abril de 1942:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. 28/03/2013, 10:50.

FILHO, Cruz. *História do Ceará, resumo didático.* Ed Comp. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo-Cayeiras- Rio. 1931.

SAMPAIO, Filgueiras. *História do Ceará.* Editora de Brasil S A. São Paulo. S/d.

SILVA, Joaquim. *História do Brasil.* Companhia Editora Nacional. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. 1941.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL